

## Pensando o desenvolvimento regional a partir do método da micro-história

### Thinking regional development from the microhistory method

Daniel Luciano Gevehr\*

<http://orcid.org/0000-0003-1815-4457>

Dilani Silveira Bassan\*\*

<http://orcid.org/0000-0002-2223-9827>

Maíra Ines Vendrame\*\*\*

<http://orcid.org/0000-0001-5658-076X>

#### Resumo

Analisam-se as contribuições da micro-história nos estudos da área de Desenvolvimento Regional, tendo como eixo de discussão a aplicabilidade do método proposto, nas pesquisas que problematizam a escala regional, enquanto uma categoria espacial, que permite estudar com maior complexidade, os fenômenos de uma região. Propõe-se uma leitura da evolução dos estudos sobre desenvolvimento regional, que apresentava uma perspectiva essencialmente econômica, até os estudos mais recentes, que consideram o desenvolvimento regional como um conjunto de elementos, que somados, permitem melhor compreender a dinâmica regional. A partir dessa ideia, que entende o desenvolvimento regional, como um processo amplo e complexo, pretende-se discutir a importância da formação histórica do espaço regional, à luz da metodologia da micro-história. Busca-se identificar e aprofundar a discussão sobre os fatores históricos que constituem uma região, ampliando e visão sobre a dinâmica regional, bem como sobre seus atores, que constituem a trajetória de formação do espaço regional. Por meio de uma análise, que se vale de um recorte espacial mais reduzido, se torna possível entender o processo de formação do espaço, considerando suas origens, singularidades e referências

---

\*Doutor em História pela Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), professor no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: [danielgevehr@faccat.br](mailto:danielgevehr@faccat.br)

\*\*Doutora em Desenvolvimento Regional pela Universidade de Santa Cruz do Sul (UNISC), professora no Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Regional das Faculdades Integradas de Taquara (FACCAT). E-mail: [dilani@faccat.br](mailto:dilani@faccat.br)

\*\*\*Doutora em História pela Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS), professora no Programa de Pós-graduação da Universidade do Vale do Rio dos Sinos (UNISINOS), E-mail: [mvendrame@unisinis.br](mailto:mvendrame@unisinis.br)

variadas, que por sua vez, poderá servir de base na elaboração de um conjunto de ações voltadas para o desenvolvimento da região.

**Palavras-chave:** Micro-história. Desenvolvimento Regional. Metodologia.

#### ABSTRACT

The contributions of microhistory in studies in the area of regional development are analyzed, having as a discussion axis the applicability of the proposed method, in researches that problematize the regional scale, as a spatial category, which allows studying with greater complexity, the phenomena of a region. it is proposed a reading of the evolution of studies on regional development, which presented an essentially economic perspective, until the most recent studies, which consider regional development as a set of elements, which together, allow a better understanding of regional dynamics. based on this idea, which understands regional development, as a broad and complex process, we intend to discuss the importance of the historical formation of the regional space, in the light of the micro-history methodology. it is necessary, in this perspective, that the methodology proposed by micro-history, allows to identify and deepen the discussion about the historical factors that constitute a region, expanding and viewing the regional dynamics, as well as about its actors, who constitute the trajectory of formation of the regional space. from an analysis, which makes use of a smaller spatial profile, it becomes possible to understand the process of formation of the regional space, considering its origins and singularities, which in turn, can serve as a basis in the elaboration of a set of actions focused on the development of the region.

**Keywords:** Microhistory. Regional Development. Methodology.

## Introdução

O propósito desse texto é realizar uma leitura crítica sobre as possibilidades de utilização da micro-história italiana<sup>1</sup> - enquanto uma metodologia de análise - nos estudos da área de Desenvolvimento Regional. Essa proposta nasceu da necessidade de propor novas explicações que relativizassem o peso de fatores estruturais, buscando assim perceber a diversidade, heterogeneidade

---

<sup>1</sup> A micro-história italiana é um método de pesquisa que propõe a redução de escala como ponto de partida da análise de qualquer objeto histórico. Surgida nos anos de 1970 na Itália, seus principais expoentes - Giovanni Levi, Carlo Poni, Eduardo Grendi e Carlo Ginzburg - apresentaram diferentes modelos historiográficos que utilizam a metodologia da micro análise. Para compreensão do método e seus desdobramentos mais recentes, ver: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

e complexidade dos processos e fenômenos históricos. Localizar a análise e olhar o objeto de pesquisa através de uma lente do microscópio, para assim apreender a totalidade de fatores que interferem sobre o mesmo, é uma das características do método da micro-história. A partir disso surgiram propostas de estudo que tomavam a esfera local e regional, como um ponto de partida para problematizar os mais diferentes aspectos, como aquele da constituição de referência agregativas, simbólicas, sociais, econômicas e políticas sobre um determinado território, somando-se a sua relação com outras escalas mais amplas. Entende-se que estudos que utilizam o método da micro-história, bem como algumas das sugestões dessa metodologia, podem ser bastante úteis para pensar avanços nas pesquisas relacionadas ao desenvolvimento regional.

A região é objeto central dos estudos que problematizam os diferentes objetos de pesquisa da área de Planejamento Urbano e Regional/Demografia (definição estabelecida pelo CNPq e pela Capes) e que reúne em 2021, 50 programas de pós-graduação nesta área do conhecimento, distribuídos nas cinco regiões brasileiras e presente em instituições de ensino superior públicas, particulares e comunitárias. Dentre esses programas, a maioria tem como área de concentração, estudos em Desenvolvimento Regional, que se caracteriza pelo caráter essencialmente interdisciplinar, tendo a história, a geografia, a sociologia, a antropologia, a economia, a engenharia, a arquitetura e outras diversas áreas do conhecimento, em sua constituição.

As discussões em torno do conceito de Desenvolvimento Regional são amplas e diversas, “tornando-se um instrumento teórico e metodológico de análise das características microrregionais” e caracterizando-se como uma estratégia analítica, influenciada por diversas correntes teóricas, voltadas para a formulação de “diagnósticos acurados da problemática regional e local.”<sup>2</sup> Daí ser possível afirmar que os estudos na área de concentração em desenvolvimento regional apresentam como ponto de convergência o espaço micro, revelando sua preocupação com os microespaços e suas dinâmicas sociais.

Tendo ciência desse caráter interdisciplinar, propõe-se uma discussão sobre o papel desempenhado pelo campo da história e, de forma mais particular, sobre uma metodologia de pesquisa proposta pelo campo da história, que é a micro-história. A partir de um estudo interdisciplinar – que por sua própria natureza já constitui a área do Desenvolvimento Regional – se pretende contribuir, através de um exercício teórico-metodológico, para o

---

<sup>2</sup> RIEDL, Mario. Desenvolvimento regional. In: GRIEBLER, Marcos P. D.; RIEDL, Mario. *Dicionário de Desenvolvimento Regional de Temas Correlatos*. Porto Alegre: Conceito, 2017. p.116.

aprofundamento da compreensão sobre os processos que constitui o espaço regional, na perspectiva do seu desenvolvimento no tempo e no espaço.

Em nenhum momento se busca desqualificar a vasta e efervescente produção de conhecimento da área em questão. Ao contrário, se propõe um diálogo, a partir das perspectivas propostas pelo campo da história, entre a micro-história e os estudos sobre desenvolvimento, e de forma especial, sobre o desenvolvimento econômico, matriz da qual nasceu grande parte dos estudos sobre desenvolvimento regional. Com isso, acredita-se contribuir para a ampliação e aprofundamento das pesquisas – sejam elas de caráter econômico, social, político, cultural, ainda que se considerem todos esses aspectos em conjunto – que apresentam no âmbito dos estudos regionais uma escala reduzida – espacial e temporalmente – de observação do seu objeto, sem ignorar ou simplificar os diversos fatores históricos que constituem o espaço regional.

O que se quer dizer com isso é que, cada vez mais, frente ao mundo globalizado, se faz necessário um maior rigor científico no que se refere ao processo histórico de formação das sociedades, em diferentes situações e contextos. O olhar micro – não considerado simplesmente como contrário do macro ou global – se constitui numa escala, através da qual se pode identificar o impacto de processos mais gerais e a maneira como diferentes lugares e grupos reagem às mudanças que ocorrem em esferas mais amplas.

Nesse sentido, a atenção se volta para “os pequenos detalhes”, singularidades e perspectivas, localizadas num espaço e tempo específico. Esse elemento é um fator de suma importância nos estudos regionais, uma vez que a dinâmica do tempo produz efeitos contraditórios e muitas vezes impares, em cada lugar e momento. O desenvolvimento, até pouco tempo, entendido como sinônimo de desenvolvimento econômico, é pensado numa perspectiva cada vez mais ampla e complexa, refletindo sobre os fatores que influenciam no processo de transformação da sociedade. Ele é também, ao mesmo tempo causa e efeito de uma série de mudanças, no âmbito da política, da cultura, e outros tantos fatores, necessários para compreender a complexa teia de relações pelas quais passa o ordenamento territorial, “pensado através de suas relações, de seu movimento, de seus fluxos e redes.”<sup>3</sup>

---

<sup>3</sup> HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. In: GRIEBLER, Marcos P. D.; RIEDL, Mario. *Dicionário de Desenvolvimento Regional de Temas Correlatos*. Porto Alegre: Conceito, 2017. p.290.

## Uma questão de escala: região, território e suas dinâmicas

No século XIX, tivemos, originalmente, três acepções de região, sendo a primeira caracterizada como natural associada à própria natureza. A segunda, com influência de Kant, caracterizava área de ocorrência de uma mesma paisagem cultural e finalmente a terceira, que entende a região como uma produção intelectual, criada com propósitos específicos. A partir das décadas de 1960/70 observa-se o surgimento de estudos, que tratam a região a partir de tipologias de homogêneas (fixas) e funcionais (fluxos), ligadas diretamente aos estudos realizados na área de planejamento regional. É ainda nesse mesmo momento que, influenciada pelo marxismo e pela geografia humanista e cultural, a mesma aparece com força, despertando até mesmo o interesse de pesquisadores de diferentes áreas do conhecimento, preocupados em trazer novas interpretações.

Parte-se da ideia de que a região é definida de forma mais restrita, uma vez que os elementos que a compõem localizam-se de forma mais contígua. Já o espaço define-se a partir da noção de um conjunto de dados econômicos, de natureza dispersa. O que o caracteriza é a natureza das relações de interdependência dos seus elementos, sendo que a noção de espaço passa a ser utilizada, efetivamente, quando se busca fazer referência ao processo de desenvolvimento. Também se pode compreender a região como um espaço que tem sua própria identidade cultural e que apresenta um campo de forças, capaz de atrair unidades econômicas e permitir a organização do território mais próximo.<sup>4</sup> Região é, portanto, o *locus* de determinadas funções, próprias da sociedade em diferentes tempos.<sup>5</sup> Albagli<sup>6</sup> afirma que o conceito de região se aproxima da noção de uma área geográfica, que apresenta características comuns, que por sua vez a distinguem de outras áreas. Essa definição também é utilizada frequentemente para se referir as unidades político-administrativas.

Já a região, entendida numa perspectiva social, é percebida a partir da presença de laços comuns, da cultura, da economia e da política regional. Assim, ela é definida pelos vínculos de pertencimento e, também como uma demarcação político-administrativa, que apresenta certo grau de similaridade em seu processo de formação histórica.<sup>7</sup> No âmbito das discussões sobre as

<sup>4</sup> SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

<sup>5</sup> SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.

<sup>6</sup> ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: BRAGA, C. MORELLI, G. LAGES, V. N. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Relume-Dumará, 2004. p. 23-70.

<sup>7</sup> BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *Redes*. Santa Cruz

regiões, o geógrafo Milton Santos<sup>8</sup> analisou os países desenvolvidos e subdesenvolvidos e observou que a definição geopolítica era histórica, ou seja, foi criada antes da modernização do sistema de transportes. Já para os subdesenvolvidos, a inexistência de um sistema de transportes que permitisse a integração nacional, contribuiu para uma realidade na qual cada área tinha sua própria lógica, de forma isolada, não existindo relação efetiva entre as regiões.

Não se deve esquecer que a região está inserida em um processo caracterizado pela diversidade e pelo trabalho da ação humana no território. Com isso, é correto afirmar que o processo de regionalização está vinculado à diferenciação das áreas em questão. É inegável que o modo de produção capitalista acentuou o processo de regionalização, distinguindo áreas de desenvolvimento e subdesenvolvimento, além é claro, de outros tantos processos de distinção.<sup>9</sup> Pode-se dizer que a construção do conceito de região é resultado, antes de tudo, de um processo que envolve a articulação do processo histórico e os interesses dos atores sociais, que por sua vez conferem características próprias ao espaço. Ela também pode ser caracterizada pela construção de interesses, marcada pelas continuidades e descontinuidades físicas e sociais.<sup>10</sup>

A região, como resultado de uma epistemologia construída a partir de um longo percurso, no qual diferentes áreas do conhecimento convergiram na tentativa de propor uma definição ao conceito, permite pensar esse espaço enquanto uma porção do território, um micro espaço. Nesse se encontram elementos naturais e humanos, que estabelecem uma dinâmica própria de funcionamento, que é própria do lugar, mas que estabelece relações com o exterior, o que confere identidade ao lugar.

O processo que envolve a construção do território, enquanto algo dinâmico, é pautado nas relações diversas – sociais, simbólicas, políticas e econômicas – que os indivíduos estabelecem com um espaço. No território está intimamente ligado à geografia, podendo, também, ser definido pelas áreas da economia, da sociologia e até mesmo da história, demonstrando seu caráter polissêmico. Para o entendimento da formação do mesmo, postula que a

---

do Sul. vol. 4, n. 1, p. 61-78, jan/abr, 1999. CABUGUEIRA, A. C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. *Gestão e desenvolvimento*. n.9, p. 103-136, 2000.

<sup>8</sup> SANTOS, Milton. *O Espaço dividido: os dois circuitos...* op. cit.

<sup>9</sup> CORRÊA, R. *Região e organização espacial*. 7 ed. Editora Ática: São Paulo, 2000.

<sup>10</sup> LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para quem? Para quem? In: Limonad, E.; Haesbaert, R. Moreira, R. *Brasil, Século XXI - por uma nova regionalização?* Processos, escalas, agentes. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 54-66.

micro-história se apresenta como uma metodologia eficaz para estudar com maior profundidade o processo de desenvolvimento de uma região. Entende-se, no sentido proposto pela pesquisa, que o território é onde que ocorre a construção das relações econômicas, sociais, políticas e culturais, sendo ainda, o lugar onde os grupos sociais disputam e reafirmam seus interesses.

Conforme Silveira<sup>11</sup> o território esteve, durante muito tempo, associado à noção de Estado, como sinônimo de extensão de um país. Porém, essa definição é insuficiente, já que o conceito é polissêmico e se aproxima bastante das discussões propostas por Santos<sup>12</sup>, Raffestin<sup>13</sup>, Haesbaert<sup>14</sup>, que concordam quando entendem que ele é um lugar onde se estabelecem relações de poder e se organizam diferentes arranjos sociais, políticos, econômicos e culturais. Nessa acepção, o território é um campo no qual, diferentes forças atuam, produzindo desigualdade, contribuindo para a criação de diferentes realidades.<sup>15</sup>

O espaço territorial é, por assim dizer, a representação física e humana do conjunto das ações dos indivíduos, da construção de identidade, sentimento de pertencimento e vínculos simbólicos. Cabe lembrar que a noção de território, é construída depois da ideia de espaço, sendo resultado da apropriação do mesmo, que assim o territorializa.<sup>16</sup> O território é, portanto, uma construção social, produto de um sistema de interpretações, baseado em um conjunto de elementos que servem para produzir um lugar de interesses e propósitos.

O espaço é formado de objetos que representam toda a herança da história natural e é resultado da ação humana que se tornou objetiva. Além disso, ele se encontra em transformação permanentemente. O espaço, por ser um sistema de valores, não muda de lugar, mas muda de função, significação e usos que as pessoas fazem dele. Sua imposição ocorre porque oferece as condições para a produção, circulação, residência, comunicação, exercício da política, de crenças e para o lazer. O espaço passa a ser uma categoria da sociedade, sendo sua essência social.<sup>17</sup>

Na questão do aprofundamento da compreensão das mudanças que ocorrem no território, devem-se considerar as mudanças e permanências,

<sup>11</sup> SILVEIRA, M. L. Território usado: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*. XV - Vol. XV (1), p.4-12, 2011.

<sup>12</sup> SANTOS, Milton. *Espaço e método...* op. cit.

<sup>13</sup> RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.

<sup>14</sup> HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do Fim dos Territórios...* op. cit.

<sup>15</sup> SILVEIRA, M. L. Território usado: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de... op. cit. p.4-12, 2011.

<sup>16</sup> RAFFESTIN, C. op. cit.

<sup>17</sup> SANTOS, Milton. op. cit.

resultantes das ações produzidas pelos atores sociais, responsáveis pela produção e organização do mesmo.<sup>18</sup> Parte-se do princípio de que os elementos que constituem a sociedade estão articulados de tal forma que produzem uma dinâmica própria em cada território. Resulta desse processo, o fluxo de pessoas, de capitais, de informações e de transporte são alguns dos diversos elementos que caracterizam as interações entre as diferentes escalas, que por sua vez caracterizam o território, definindo relações de equilíbrio ou de desequilíbrio.<sup>19</sup>

O espaço, definido a partir de diferentes epistemologias permite a redução da escala geográfica, permitindo melhor compreender os processos de constituição desses lugares. A micro-história, valendo-se da redução da escala de investigação, se mostra como uma metodologia que permite responder, de forma mais ampla e aprofundada, as necessidades colocadas frente às pesquisas que tem o processo de desenvolvimento regional como problema de investigação, uma vez que ela se preocupa com os diferentes aspectos e dinâmicas sociais que constituem um território. Os indivíduos através de práticas e relações diversas num determinado espaço, desde a instituição de elementos simbólicos até trocas comerciais, são responsáveis por produzir socialmente os lugares dentro de características específicas e com uma identidade. Considerar a formação histórica do espaço regional, identificando e problematizando os atores e o enredo que constituem seu percurso de formação, é fundamental para a compreensão da dinâmica do território e do seu processo de desenvolvimento.

## O espaço micro e as discussões acerca do desenvolvimento

A ciência econômica, desde seus primórdios, estuda os processos ligados à produção de bens e à acumulação de capitais. Ela ajuda a entender o melhor ou pior desempenho das economias dos diferentes países, estados, municípios e outras dimensões territoriais que possam ser estudadas<sup>20</sup>. A busca por uma adequação entre produção e consumo, de um lado, e investimento e bem-estar social, de outro, é constante e evoluiu ao longo dos diferentes períodos da história da humanidade. Nesse processo, o homem é o ator principal, responsável

<sup>18</sup> BOMTEMPO, D. C. Dinâmicas territoriais e interações espaciais: a configuração do circuito espacial de produção da Nestlé S/A. *Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente*. v.1, n. 34, p. 72-96, jan/jul, 2012.

<sup>19</sup> SANTIAGO, M. M. S.; FRANÇA, V. L. A. Interações espaciais e socioeconômicas das cidades locais na rede urbana. *Revista da América Central*. Número especial. v. 2, n.47, p.1-9, 2011.

<sup>20</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.



pelo trabalho (mão-de-obra) e pelo consumo da produção<sup>21</sup>. O conceito de desenvolvimento foi sendo construído, paulatinamente, a partir de pesquisas sobre o comportamento das sociedades e as condições que influenciavam um melhor padrão de consumo e de qualidade de vida.

A preocupação com desenvolvimento das nações passou a ser não só dos economistas, mas de outras ciências (biologia, sociologia, antropologia, direito, história). Essas passaram a ser responsáveis pelo avanço do conhecimento no que se refere a identificar os fatores que representam o progresso de uma determinada região.

Para identificar o desenvolvimento deve-se partir não apenas do aumento de renda, pois esta é uma variável que por si só reflete apenas o crescimento econômico. É necessário, então associar outras variáveis que representem adequadamente as condições de bem-estar de uma sociedade, como por exemplo, a expectativa de vida, a taxa de alfabetização, o saneamento básico, habitação, transporte, entre outras.

Amartya Sen<sup>22</sup> (2000) propõe uma conceituação de desenvolvimento a partir de outros aspectos, não apenas econômicos. Para a autora deve-se, além de indicadores relacionados à educação e à saúde, incluir, por exemplo, as questões relacionadas à participação dos atores sociais no processo político de uma sociedade. Porém, as dimensões conceituais foram além da abordagem econômica, para a observação interdisciplinar das questões ligadas ao meio ambiente, desenvolvimento sustentável, o local, enfoque nas prioridades locais e humanas ligadas a satisfação das necessidades básicas dos indivíduos, envolvendo outras ciências e seus conhecimentos. Nesta nova proposta conceitual, o objetivo é reduzir a dimensão de análise elegendo uma escala de observação micro para através dela encontrar problematizações para entender processos mais gerais e as próprias explicações para entender os fenômenos locais. Enquanto perspectiva metodológica, a micro-história busca entender a totalidade dos aspectos que marcam as vidas das pessoas em determinadas sociedades. Além das questões sociais, culturais, econômicas, políticas e geográficas, ganha atenção o estudo das diferentes dinâmicas relacionais e a agência dos indivíduos numa esfera local, regional e mais ampla.

Para chegar ao conceito de desenvolvimento é necessário passar por alguns elementos primários da argumentação em que se apresentava desenvolvimento e crescimento como sinônimos, princípio da economia clássica.

<sup>21</sup> FUSFELD, Daniel R. *A era do economista*. São Paulo: Saraiva, 2003.

<sup>22</sup> SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.

Nesta perspectiva, os primeiros conceitos referiam-se apenas ao avanço econômico, partindo da visão dos mercantilistas (metais preciosos) e fisiocratas (agricultura).<sup>23</sup> As preocupações relacionadas ao aumento da riqueza das nações, levou Malthus a uma inquietude relacionada às questões populacionais. O contexto da teoria Malthusiana refere-se à época em que a Revolução Industrial do século XIX deixou uma grande parcela da população marcada pelo desemprego, doenças, pobreza, habitações precárias, êxodo agrícola, levando a uma migração populacional para as cidades, permitindo assim, um aumento da mão-de-obra e queda dos salários.<sup>24</sup>

Avançando nesta perspectiva, surge a contribuição de Karl Marx acerca das economias capitalistas. Para o autor, as relações econômicas são as forças motrizes fundamentais em qualquer sociedade e os dois grandes interesses econômicos são os dos capitalistas e dos trabalhadores. Desta forma, o capitalismo só poderá prosperar se o trabalhador for explorado.<sup>25</sup> Portanto, com Marx, o crescimento econômico de uma sociedade ocorria via modo de produção capitalista, exploração do trabalho e acumulação de capital.<sup>26</sup>

Porém, no início do século XX surgem dois economistas, Kalecki e Keynes, que irão centrar sua análise não na oferta de produtos, como fora a preocupação dos clássicos, mas, sim, na demanda e, além disso, em questões econômicas que passam a ser abordadas a nível macroeconômico. Esses autores não consideravam apenas a produção e o consumo como formas de gerar riqueza, mas o governo e o setor externo como participantes do crescimento econômico. O contexto em que surge a obra de Jonh Maynard Keynes era de alto desemprego de mão de obra e de recursos produtivos e grande queda na renda nacional. Para ele, as fraquezas do sistema capitalista estavam no desemprego e na desigualdade da distribuição de renda e de riqueza.<sup>27</sup>

Existem duas correntes que abordam o crescimento econômico, a primeira, dos economistas neoclássicos que o considera como sinônimo de desenvolvimento. Já a segunda corrente encara o crescimento econômico como uma variação quantitativa do produto, enquanto o desenvolvimento

<sup>23</sup> SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*. 6 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986. HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. CORAZZA, G. Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo. *Cadernos IHU Ideias*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

<sup>24</sup> MALTHUS, Thomas. R. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática - Ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

<sup>25</sup> FUSFELD, Daniel R. *A era do economista*. São Paulo: Saraiva, 2003.

<sup>26</sup> HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. ARAÚJO, VIEIRA, Carlos R. *História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória*. São Paulo: Atlas, 1995.

<sup>27</sup> KEYNES, Jonh M. *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

envolve mudanças qualitativas no modo de vida das pessoas, nas instituições e nas estruturas produtivas. Assim, o desenvolvimento econômico pode ser entendido como um processo de transformação da estrutura econômica, na qual se verifica uma melhoria na qualidade de vida da população. Já crescimento econômico significa apenas a elevação da capacidade produtiva de uma economia. Esse é medido, sobretudo, pela evolução do Produto Interno Bruto (PIB), enquanto o desenvolvimento precisa ser caracterizado por meio de diferentes indicadores.

O termo desenvolvimento apresenta uma relação com o conjunto de conceitos originários da biologia, ciência na qual desenvolvimento, crescimento e evolução são utilizados para esclarecer diferentes processos biológicos transformacionais, que dizem respeito a mudanças qualitativas e quantitativas, a formas como ocorrem e aos elementos a que elas estão submetidas. Nesse sentido, o conceito de crescimento é o aumento ou a ampliação daquilo que já existe e desenvolvimento ocorre quando há uma transformação qualitativa de habilidades individuais ou coletivas pré-existentes.<sup>28</sup>

Celso Furtado<sup>29</sup> afirma que um dos avanços da teoria do desenvolvimento é a percepção mais lúcida da história econômica recente. Isso porque a significação de fatores não econômicos no funcionamento e na transformação dos sistemas produtivos, bem como, a importância do grau de informação dos agentes responsáveis pelas decisões econômicas, se tornam cada vez mais evidentes.

Portanto, ao conceituar desenvolvimento é preciso que se tenha uma percepção que vai além dos aspectos exclusivamente econômicos. É necessário um conjunto de ações que envolvam pessoas e instituições. Marshall<sup>30</sup> também desenvolveu sua teoria com base na indústria, basicamente tratando dos distritos industriais como geradores do desenvolvimento. Contudo, um aspecto importante da discussão marshalliana é o resultado que o conhecimento técnico e a educação têm sobre o processo de industrialização. O autor coloca a importância de, num primeiro momento, se ter vontade de trabalhar e, num segundo momento, associar a isso à capacidade técnica via educação, pois para ele “Não há extravagância mais prejudicial ao crescimento da riqueza de

---

<sup>28</sup> SIEDENBERG, Dieter R. Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. *Rea - Revista de estudos de administração*. Ijuí: Editora Unijuí, ano 2, n. 3, p. 5-10, julho/dez, 2001.

<sup>29</sup> FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10 ed. Revisada. São Paulo: Paz e Terra, 2000.

<sup>30</sup> MARSHALL, A. *Princípios de economia*. Livro 4. São Paulo: Abril Cultural, 1996.

uma nação do que esse desperdício, que faz com que se percam num trabalho inferior os homens de talento nascidos de pais pobres.<sup>31</sup>

No período da Idade Média na Europa, as regiões que prosperaram mais rápido eram aquelas com maior proporção de industriais, constituída por filhos de operários. Havia entre os mais pobres, trabalhadores ou filhos de trabalhadores, talentos ainda não descobertos que necessitavam apenas de um incentivo e de educação técnica para que aflorasse seu dom industrial. Nesse sentido, para Marshall a visão de crescimento econômico passava por um processo de industrialização associado a habilidades individuais para o trabalho e a educação para aprimorar o conhecimento dos futuros industriais.<sup>32</sup>

Todavia, o desenvolvimento econômico não poderia ser definido apenas por questões econômicas, mas mediante uma interpretação econômica da história. Então, para Joseph Alois Schumpeter, a definição de desenvolvimento econômico era:

Entenderemos por “desenvolvimento”, portanto, apenas as mudanças da vida econômica que não lhe forem impostas de fora, mas que surjam de dentro, por sua própria iniciativa. Se se concluir que não há tais mudanças emergindo na própria esfera econômica, e que o fenômeno que chamamos de desenvolvimento econômico é na prática baseado no fato de que os dados mudam e que a economia se adapta continuamente a eles, então diríamos que não há nenhum desenvolvimento econômico. Pretenderíamos com isso dizer que o desenvolvimento econômico não é um fenômeno a ser explicado economicamente, mas que a economia, em si mesma sem desenvolvimento, é arrastada pelas mudanças do mundo a sua volta, e que as causas e, portanto, a explicação do desenvolvimento deve ser procurada fora do grupo de fatos que são descritos pela teoria econômica<sup>33</sup>

No trecho citado, o autor demonstra uma preocupação com questões não ligadas à economia, e sim, a outros fatores que poderiam, juntamente com os fatos econômicos, ser os propulsores do desenvolvimento. Ele acreditava que a história das sociedades está inteiramente ligada com a questão do desenvolvimento. Este, para ele, ocorre a partir de um processo de adaptação dos fatos econômicos e da evolução das sociedades.

---

<sup>31</sup> Ibidem, p.268.

<sup>32</sup> Ibidem.

<sup>33</sup> SCHUMPETER, Joseph Alois. op. cit. p.47.

As indagações de Schumpeter com relação aos demais fatores que poderiam influenciar no desenvolvimento econômico, podem de certa forma ser respondidas por Amartya Sen.<sup>34</sup> Esse estudo mostra outros aspectos que levam ao desenvolvimento, como, por exemplo, o acesso a direitos civis e políticos envolvendo decisões sobre a qualidade de vida das sociedades. Para o mesmo autor, uma concepção adequada de desenvolvimento deve ir além da acumulação de riqueza e do crescimento do Produto Nacional Bruto, não desconsiderando a importância do crescimento. O desenvolvimento é visto como um direito à liberdade de que as pessoas devem usufruir. Essa liberdade está não somente relacionada a privações econômicas, mas também a privações civis e políticas. Além disso, o desenvolvimento é visto como um processo de expansão das liberdades que tem um papel constitutivo e instrumental, como segue abaixo:

O papel constitutivo relaciona-se à importância da liberdade substantiva no enriquecimento da vida humana. As liberdades substantivas incluem capacidades elementares como, por exemplo, ter condições de evitar privações como a fome, a subnutrição, a morbidez evitável e a morte prematura, bem como as liberdades associadas a saber ler e fazer cálculos aritméticos, ter participação política e liberdade de expressão, etc.<sup>35</sup>

Por conseguinte, desenvolvimento é muito mais do que ter renda elevada e acesso à educação e à saúde, que são básicos. É ter direitos civis e políticos, oportunidades e condições de aquisição de bens e serviços e fazer com que as pessoas possam participar como protagonistas no processo de construção de uma sociedade mais igualitária.

É necessário também considerar um aspecto importante do desenvolvimento que se refere à utilização adequada dos recursos naturais a fim de dar continuidade à produção de bens para as gerações futuras. Um dos representantes dessa corrente é Ignacy Sachs.<sup>36</sup> Esse autor entende que “o crescimento econômico, se repensado de forma adequada, de modo a minimizar os impactos ambientais negativos e colocá-lo a serviço de objetivos socialmente desejáveis continua sendo uma condição necessária para o desenvolvimento.”<sup>37</sup>

<sup>34</sup> SEN, Amartya. op. cit.

<sup>35</sup> Ibidem, p.52.

<sup>36</sup> SACHS, Ignacy. *Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política*. São Paulo: UNESP/Edusp, 2001.

<sup>37</sup> Ibidem, p.158.

Essa ideia revela o viés de como se deve perceber os dois conceitos. O crescimento deve ser pensado como um fator necessário para a geração de renda, que é o motor da economia e, desta forma utilizá-lo a fim de atender às questões sociais de infraestrutura (saneamento, educação, moradia, saúde, etc.) atingindo assim o objetivo maior que é o desenvolvimento. É importante não esquecer que a alocação eficiente dos recursos naturais também é uma forma de desenvolvimento, pelo fato de preservar condições que são responsáveis pela qualidade de vida e bem-estar da sociedade.

Assim, o conceito de desenvolvimento compreende a ideia de crescimento de forma ampliada. Ele se refere ao crescimento de um conjunto de estrutura complexa de mudanças individuais e da sociedade. Essa complexidade traduz as diversidades das formas sociais e econômicas. Claramente, a evolução dos conceitos de crescimento e de desenvolvimento mostram uma preocupação inicial apenas com a produção e a renda. Estudos mais atuais já demonstram que uma análise somente da renda não é suficiente para refletir adequadamente o estágio de desenvolvimento de uma sociedade. Pode-se considerar que a renda, hoje, é apenas um aspecto de um complexo de variáveis que são necessárias para a constatação do desenvolvimento. Esse, segundo Sen<sup>38</sup>, é um processo que elimina a carência, não só econômica, mas exclui todo e qualquer tipo de privação. Faz com que as pessoas passem a participar ativamente da construção do desenvolvimento a partir da liberdade que tem de utilizar seus direitos civis e políticos.

O conceito de desenvolvimento a partir destes autores (Sen e Sachs) passa a ser interdisciplinar abordando temas relacionados a cultura, política, sociedade, meio ambiente, indo muito além da restrita abordagem econômica. A nova concepção multidimensional do desenvolvimento resulta da interseção de várias visões sobre o conceito e pressupõe uma abordagem interdisciplinar, dada a diversidade de componentes interrelacionados que o constituem.<sup>39</sup> A partir da década de 1980, o termo desenvolvimento começa a ser associado com adjetivos como humano, social, eco e sustentável reconfigurando o conceito com dimensões e relações até então ignoradas. O conceito passou, portanto, a ocupar de novo um lugar de destaque nas políticas públicas, na mídia e em outras publicações.<sup>40</sup>

<sup>38</sup> SEN, Amartya. op. cit.

<sup>39</sup> BRITO, B. *Turismo Ecológico: uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe*. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2004.

<sup>40</sup> SIEDENBERG, Dieter R. Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. *Rea - Revista de estudos de administração*. Ijuí: Editora Unijuí, ano 2, n. 3, p. 5-10, julho/dez, 2001.

Torna-se evidente que o desenvolvimento promove mudanças nos indivíduos e na sociedade. Torna-se, ainda, responsável pelo enriquecimento do sujeito ao ampliar seus horizontes e reduzir seu senso de isolamento, reduzindo as aflições ocasionadas pela doença, pela pobreza e pelo aumento da expectativa de vida. As estratégias de desenvolvimento devem ser direcionadas às transformações da sociedade, identificando os obstáculos e os potenciais agentes catalisadores das mudanças.

Nesse sentido, um outro conceito, agora mais específico, buscava procurando identificar os aspectos mais locais ou regionais, de forma a entender as particularidades de cada território. A origem da determinação “desenvolvimento local” tem suas raízes na década de 1960, a partir do comunitário que tinha por objetivos: identificar as necessidades das populações; mobilizar as capacidades locais e ter uma visão integrada dos problemas e soluções.<sup>41</sup> Para esses autores, o desenvolvimento local representa uma mudança de base comunitária, que tem por base as necessidades das coletivas, para as quais se procura soluções dando prioridade as capacidades dos lugares específicos. Desta forma, destaca-se que ele tem por base o território, abordagem advinda da economia regional, ligada a ideia da diversidade dos territórios, os quais exigem um desenvolvimento voltado para as necessidades locais, que utilize como alternativas nas soluções de problemas os recursos e capacidades endógenas ao território.

O desenvolvimento local obedece igualmente a uma lógica participativa, em que é sublinhada a importância da participação das comunidades locais na resolução dos seus problemas e na valorização dos recursos locais. [...] O desenvolvimento local destaca a importância da participação, embora atribua grande importância aos conceitos de território e comunidade [...].<sup>42</sup>

Neste contexto, foi possível observar que a relação do conceito de desenvolvimento partiu de uma ideia mais objetiva, a concepção de renda (crescimento) para aspectos mais subjetivos, mas tão importantes ou mais, para identificar as desigualdades na qualidade de vida das sociedades. Atualmente seus pilares estão evidenciando aspectos mais circunscritos ao território, as necessidades locais, aproveitando as capacidades específicas de cada território, buscado alternativas endógenas para desenvolver.

<sup>41</sup> Moreira, Sandrina Berthault; Crespo, Nuno. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*, v. 38, n. 2 (ano 36), p. 25-50, maio/ago. 2012.

<sup>42</sup> *Ibidem*, p.42.

O desenvolvimento local (regional) tem semelhanças ao que busca investigar a micro-história que procura observar minuciosamente os aspectos relacionados a um território, que pelas perspectivas tradicionais poderiam passar despercebidos, como a maneira como um espaço é construído socialmente a partir de características próprias. Nesse sentido, o campo de observação do pesquisador passa a ser mais restrito, no sentido de descobrir um número maior de dados com maior rigor nos detalhes, ou seja, estas informações micro podem revelar-se aspectos fundamentais sobre os fenômenos gerais.<sup>43</sup> A complexidade dos processos também é algo que uma análise centrada num lugar, através de uma perspectiva aproximada do objeto, permite apreender.

Nesse sentido, entende-se que a utilização do método a micro-história contribui para avanço dos estudos sobre desenvolvimento, especialmente aquela que confere atenção para produção social dos lugares através de diferentes práticas e referências sócio-territoriais.<sup>44</sup> A busca pela compreensão dos processos formativos dos espaços, bem como apreensão das suas características, particularidades e capacidades locais são fundamentais para conseguir melhorar as condições diversas de uma sociedade.

### **A micro-história inscrita no campo das ciências sociais**

Inicia-se com a frase emblemática, proposta pelo historiador Henrique Espada Lima<sup>45</sup> para quem “micro-história é um termo ambíguo”. Ainda, de acordo com o autor, a micro-história é, muitas vezes, confundida como uma análise simplificadora, que tem como único propósito, descrever algo minúsculo, que não é contemplado pelas grandes análises e ainda, desconectada das grandes estruturas e dos processos históricos de longa duração. Daí ser, não poucas vezes, negligenciada ou preterida em nome de outros modelos explicativos, considerados mais amplos e sofisticados, no âmbito da academia.

O surgimento da micro-história está diretamente ligado ao contexto italiano da segunda metade do século XX. Ela surgiu como uma crítica as grandes explicações e perspectivas estruturalistas e homogeneizadora sobre determinados processos históricos. Os primeiros expoentes da micro-história

---

<sup>43</sup> Man, Ronen. La micro-história como referente teóricometodológico. Un recorrido por sus vertientes y debates conceptuales. *Historia Actual Online - HAO*. Núm. 30, p. 167-173, 2013.

<sup>44</sup> Sobre esse tema da produção social dos lugares através da perspectiva da micro-história italiana, destacam-se os estudos de Angelo Torre (2011; 2020).

<sup>45</sup> LIMA, Henrique Espada. *A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.



se reuniram em torno da revista *Quaderni storici*, fundada em 1966, na Itália, onde passaram a publicar os textos que propunham uma outra maneira de fazer história social. Merece destaque, nomes como Carlo Ginzburg, Eduardo Grendi, Carlo Poni e Giovanni Levi, cujos percursos de pesquisa são fundamentais para o estabelecimento da micro-história. Aliás, esse último nome merece especial atenção, uma vez que Grendi realizou sua formação acadêmica na London School of Economics, considerado um dos mais importantes núcleos de pesquisa interdisciplinar na Europa das décadas de 1960 e 1970.

Grendi, cuja formação original se deu na área da Economia, trouxe para a Itália, sua forte influência interdisciplinar, recebida na Inglaterra. A partir de então, foi um dos principais responsáveis pela publicação de uma série de textos, cujo propósito esteve centrado no entendimento da microanálise social, precursora daquilo que mais tarde se constituiria, efetivamente, na metodologia da micro-história. Dentre seus principais ensinamentos, destaca-se a ideia de “rede de relações sociais”, sendo esse o ponto de partida para a compreensão de qualquer situação ou contexto.

Cabe mencionar ainda, o descontentamento de Eduardo Grendi com a história econômica, que segundo ele baseava-se, quase que exclusivamente na matriz marxista, que caracterizava os estudos sobre a transformação social e a lógica das associações sociais.<sup>46</sup> Nesse mesmo contexto, aparece Giovanni Levi, também com forte inclinação para a história econômica. Ambos se aproximam, em busca de um mesmo propósito, o interesse pela antropologia social e a história social, como modelos para melhor explicar aquilo que, em suas visões, a história econômica – de influência marxista – não conseguia apreender.

Ambos autores concordam em relação a necessidade de buscar em outras ciências, modelos que permitam melhor compreender a dinâmica de desenvolvimento das sociedades. Para os historiadores da micro-história, uma análise mais apurada das relações econômicas é possível, se considerar as relações sociais, políticas e culturais, a partir de uma referência empírica, recolhida na observação direta.<sup>47</sup> Encontra-se, nesse exemplo, a base de sustentação para a metodologia da micro-história, uma vez que os autores defendem que é somente a partir de uma pesquisa empírica, centrada na investigação de um objeto específico, que se pode compreender a pluralidade de fatores presentes no processo histórico, sua complexidade e a própria agência dos indivíduos em relação a mudanças estruturais. Através dessa

---

<sup>46</sup> Ibidem.

<sup>47</sup> Ibidem.

análise, inserida em uma escala reduzida, se torna possível identificar e lançar perguntas e questionamentos sobre a dinâmica das relações, que constituem as redes e as transformações que ocorrem nesse espaço, que por sua vez, é ao mesmo tempo produto e é, também, produzido por essas redes.

É fundamental mencionar o fato de que na década de 1980 a micro-história ganha relevo, com a entrada de professores italianos na *École des hautes études en sciences sociales*, de Paris e com a entrada de Carlo Ginzburg, na Universidade da Califórnia, nos Estados Unidos. Com isso, houve uma difusão significativa da micro-história nos estudos acadêmicos. Todavia, a influência destes pesquisadores ainda permaneceu, em grande parte, na área da história.

### **Micro-história nos estudos de desenvolvimento regional**

A proposta apresentada pela metodologia da micro-história defende que as análises circunscritas e localizadas são capazes de sugerir questionamentos que podem ser levados para os mais diferentes contextos espaciais e temporais. É o olhar atento para o objeto na escala micro que permite perceber aspectos interessantes que não podem ser apreendidos através de uma perspectiva mais ampla. O diálogo com diferentes campos da ciência, como a antropologia, a economia e até a geografia, marcou as experiências historiográficas dos principais expoentes do método micro-história. Esse diálogo com outras ciências é algo que também marca os estudos desenvolvidos na área de Desenvolvimento Regional, bem como o interesse por atentar para as experiências dos atores sociais, suas redes de dinâmicas relacionais em determinado território.

Como afirma Favero<sup>48</sup> “a questão precípua não é ligar o nível micro, local, ao nível macro, nacional ou internacional”, mas sim de abstrair do particular considerações gerais, teóricas, tendo a consciência de que cada história é uma história particular, é uma micro-história. Ou seja, não se deve confundir a metodologia da micro-história com um simples exercício de comparação espacial, através do qual se busca estabelecer semelhanças e diferenças entre as duas escalas. O desafio fundamental da micro-história reside no fato de buscar, no micro, problematizações e ideias que possam se transformar em perguntas para entender processos e contextos mais amplos.

---

<sup>48</sup>FAVERO, Giovanni. Método da história e ciências sociais: para uma micro-história aplicada. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020. p.43.

As respostas das análises das situações específicas não são mais importantes que as perguntas que elas sugerem para pensar problemas mais gerais.<sup>49</sup> Nessa mesma linha de raciocínio, se deve atentar para outro equívoco, muitas vezes recorrente em alguns estudos, que é o de aplicar análises realizadas em um determinado contexto espacial e temporal e simplesmente aplicar as conclusões advindas deste estudo, em um outro contexto, deslocados espacial e temporalmente, desconsiderando suas singularidades e características próprias. Esse aspecto ocupa lugar de suma importância nos estudos sobre o desenvolvimento regional, uma vez que o ponto de partida para a compreensão das características [físicas, demográficas, culturais, etc] de uma região devem considerar, antes de tudo, a formação histórica, identificando e caracterizando os elementos que constituem o lugar e as pessoas que constituem o cenário da pesquisa. Ainda, de acordo com Favero<sup>50</sup>, o método proposto pela micro-história, ajuda a refletir sobre a pesquisa no campo das ciências sociais, ampliando a compreensão sobre a complexidade dos métodos qualitativos e também sobre o papel desempenhado pelos estudos de caso, na reelaboração da teoria.

A historicidade – compreendida como o processo histórico percorrido pela coletividade – é palavra-chave para se entender como a sociedade se organiza, estrutura sua forma de viver, pensar e de se relacionar num determinado espaço. Destaca-se que é, portanto, necessário levar em conta a relação entre uma “morfologia social” e “morfologia de ocupação do território”, conforme destaca Eduardo Grendi.<sup>51</sup> As formas de fixação num território não devem ser analisadas sem levar em conta a instituição de diferentes referências socioespaciais.

É preciso considerar também que na base das relações econômicas, políticas e familiares estão os contatos interpessoais que dão sentido e força para atuação em diferentes campos, como aquele da estruturação das esferas agregativas - religiosas, associativas, parentais e até étnica – e locais, que garantem o progresso e desenvolvimento de uma região. Quando se pensa a região e seu processo de desenvolvimento, deve-se atentar para a produção histórica dos lugares, como bem afirma Angelo Torre<sup>52</sup> em texto seminal para a compreensão do espaço, enquanto um recorte espacial, nomeado por ele

<sup>49</sup> LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020. p.19-34.

<sup>50</sup> FAVERO, Giovanni. op. cit. p.35-48.

<sup>51</sup> GRENDI, Edoardo. Microanalisi e storia sociale. *Quaderni Storici*, vol. 12, no. 35, 1977. p. 506-520.

<sup>52</sup> TORRE, Angelo. “A produção histórica dos lugares”. VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020. p. 69-100.

de localidade. Na acepção dada pelo autor, a localidade é resultado de um amplo, longo e complexo processo de formulação, no qual diversos elementos e fatores se fazem presentes.

O destaque é para a necessidade de se olhar para o local [que por sua vez poderia ser pensado também como espaço regional] na perspectiva além do econômico, mas sim considerar o cultural e social, que segundo ele são próprias do lugar e que assim permitem compreender, de fato, a história do lugar. Ainda, segundo Torre<sup>53</sup>, isso não se deve apenas ao fato de que estimulam o desenvolvimento de pesquisas sobre o local, por intermédio das suas relações com os sistemas – culturais, econômicos, etc. – globais, mas sobretudo, porque insistem no fato de “a localidade”, ou melhor, as identidades locais serem produtos frágeis, que precisam ser constantemente reativados.

Torre propõe maior ênfase nas questões culturais e sociais, como forma de melhor compreender a historicidade do lugar, acessando sua identidade, que também é dinâmica e se transforma com as interferências do espaço e do tempo, caracterizando-se como um verdadeiro “laboratório da realidade histórica”<sup>54</sup>, cuja singularidade é resultado de dinâmicas relacionais, sejam elas internas ou externas às suas fronteiras geográficas.

Acrescenta-se a essa discussão, a visão construtivista do local/regional, que busca interpretar, à luz da micro-história, as relações e conexões existentes entre diferentes lugares, que pode se fazer próximos ou distantes, em razão de relações comerciais, rotas migratórias, zonas de fronteira ou até mesmo acidentes geográficos ou riquezas naturais, que permitem o estabelecimento de trocas e acordos. Essa perspectiva de pensar o local/regional, aponta para outra questão, ainda mais complexa e discutida por Torre<sup>55</sup> que é o conceito de *translocalidade*, que demonstra sua complexidade epistemológica, no momento em que faz pensar sobre “a tensão entre a universalidade das categorias utilizadas para descrever os fenômenos históricos e a singularidade dos lugares dentro dos quais eles se formam” ao mesmo tempo em que leva a questionar sobre “a dialética entre a singularidade de cada lugar e a conectividade entre eles”.

Essa discussão tem, evidentemente, como propósito, desconstruir a ideia de que o lugar – compreendido em sua escala local/regional – é um conceito universal e atemporal. Ao contrário, ele tem elementos que o distinguem

---

<sup>53</sup> Ibidem, p.74.

<sup>54</sup> Ibidem, p.104.

<sup>55</sup> Ibidem, p.109.

em cada espaço, considerando sua própria identidade, que remete ao processo de formação cultural e social do próprio lugar. Eis um dos sentidos dessa perspectiva de análise, que é melhor compreender as singularidades do local/regional, conhecendo de forma mais aprofundada o espaço em questão, fazendo as perguntas possíveis sobre a dinâmica que envolve os atores e as redes de relações sociais que se estabelecem num determinado espaço.

Ao mesmo tempo esse exercício complexo permite acessar aspectos até então invisíveis, numa primeira investigação mais geral e abrangente, que é a própria produção social dos lugares. Buscar entender como através de elementos simbólicos, fundação de espaços agregativos e práticas de natureza diversas uma localidade se estrutura e se constitui enquanto lugar, aparece como um problema de pesquisa nos estudos de Angelo Torre.<sup>56</sup> A partir de uma perspectiva microanalítica, o referido autor, que parte dos questionamentos propostos por Edoardo Grendi, chama atenção para a importância da análise dos processos locais e sociais de construção de um território, na perspectiva da micro-história italiana.

Aproximando, de forma mais categórica, a discussão sobre a micro-história, como as questões que despertam o interesse dos estudiosos sobre o processo que envolve o desenvolvimento regional, se coloca como ponto importante de discussão aquilo que Giuli<sup>57</sup> afirma, quando trata das principais contribuições trazidas por Levi, Ginzburg e Grendi, considerados os três principais nomes da micro-história italiana. O autor em questão sustenta a ideia de que Grendi, ainda que conhecido por sua forma pouco didática de escrever e, talvez por isso menos conhecido que os dois anteriormente citados, trouxe, sem dúvida, elementos fundamentais para se pensar os estudos regionais. Ele propôs “um problema de construção de um novo modelo analítico do território, para que as disciplinas mais tradicionais, relacionadas com a história das comunidades, com a história regional ou com a história dos antigos Estados”, que eram consideradas ultrapassadas.<sup>58</sup>

Soma-se a esse fato, da maior relevância para se pensar o território, em uma escala regional, o fato de que Grendi defendia que, muito para além das fontes escritas sobre as quais os historiadores mais ortodoxos se baseavam em suas análises, o pesquisador deve considerar, em seu corpus documental,

<sup>56</sup> TORRE, Angelo. Luoghi. *La produzione di località...* op. cit.

<sup>57</sup> GIULI, Matteo. Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v.37, n.76, pág.137-162, dezembro de 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882017000300137&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000300137&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 de nov. 2020.

<sup>58</sup> *Ibidem*, P.151-152.

a percepção das fontes materiais, “detectáveis na paisagem local e nos relativos elementos: formas de ocupação do espaço, artefatos urbanos e rurais, representações iconográficas e cartográficas”. Tudo isso ajudaria a “contribuir para a renovação do padrão da história local, assim como para a integração entre conhecimento do território e da sociedade territorial, entre história e estudos do território.”<sup>59</sup>

Essa renovação metodológica, proposta por Grendi traz consequências expressivas para os estudos regionais, uma vez que aponta diferentes caminhos, para além da ortodoxia imposta pelos historiadores de até então. Mais do que isso, percebe-se que o referido autor, talvez mesmo sem pensar para além das fronteiras da história, apresenta um caminho importante para se investigar o espaço local e regional, de forma interdisciplinar, contribuindo para a ampliação do debate e das pesquisas no âmbito das ciências sociais aplicadas – como é o caso do desenvolvimento regional.

A micro-história permite uma ruptura metodológica nos estudos sobre os processos históricos de desenvolvimento regional/local, propondo um aprofundamento na formulação das perguntas e na própria lógica de interpretação da dinâmica que reúne os atores sociais, suas trajetórias pessoais, a trama social e o enredo que constitui a teia de relações nas quais se inserem todos esses elementos. A análise, em escala micro, permite identificar elementos invisíveis em uma escala maior e que, desta forma, possibilita compreender aspectos que podem explicar, com maior precisão e detalhe, a trama que constitui o cenário regional.

Os espaços por menores que sejam, como o das comunidades, se configuram com uma determinada identidade e como um lugar onde através de comportamentos e práticas sociais direitos são garantidos. As ações devem ser interpretadas levando em conta a relação que as pessoas estabelecem com o espaço, enquanto algo concreto, vivo e dinâmico. Nesse sentido, Grendi defende que os comportamentos e documentos devem ser analisados a partir de uma perspectiva topográfica, uma vez que ajudam a apreender as práticas de legitimação, reconhecimento e reforço de referências que são socio-territoriais.<sup>60</sup> Entendemos que essas considerações são fundamentais para garantir maior aprofundamento e complexidade nos estudos sobre o espaço e desenvolvimento regional.

---

<sup>59</sup> Ibidem, p.152.

<sup>60</sup> RAGGIO, Osvaldo; TORRE, Angelo. “Prefazione”. Edoardo Grendi. In altri termini. *Etnografia e storia di umbra società di antico regime*. Milano: Editore Feltrinelli, 2004, p. 5-37.

Pensado a questão da escala, Jacques Revel<sup>61</sup> aponta que é o “princípio da variação” que importa, e “não a escolha de uma escala peculiar de observação”. O autor complementa sua análise, afirmando que o sucesso da micro-história se deve, precisamente pelo rompimento metodológico que ela propôs, uma vez que, “junto com outras (penso na *Alltagsgeschichte* na Alemanha e, num grau menor, na *History Workshops* na Inglaterra), se distanciou explicitamente do modelo dominante e pôde, ao mesmo tempo, tornar visíveis as convenções tácitas que estavam na base desse modelo.”<sup>62</sup> Para Revel, a ruptura metodológica proposta pela micro-história é o elemento central que fez com que a mesma se afirmasse como uma alternativa possível. O olhar sobre o micro permitiu o alargamento e o aprofundamento da compreensão sobre a teia de relações sociais.

Refletindo sobre o percurso da micro-história e os efeitos que a metodologia produziu no campo das pesquisas nas diferentes áreas das ciências sociais, afirma:

Mediante o estudo intensivo e aproximado de configurações e processos sociais, a abordagem microhistórica assume, portanto, a tarefa de compreender como essas configurações se constituem e convivem (esse já era o problema colocado pelo sociólogo Norbert Elias a propósito da sociedade cortesã e, para além dela, de toda formação social). Ela procura também entender a maneira como movimentos ou transformações coletivos são possíveis, mas não a partir desses movimentos em si e da capacidade autorrealizadora que se lhes imputa, e sim da parte que cada ator toma neles (não podemos deixar de evocar a esse respeito a exposição da extraordinária intuição histórica de Tolstói em *Guerra e Paz*, em que o destino da guerra e, mais amplamente, do enfrentamento entre potências é apreendido a partir da multiplicidade e do intrincamento dos comportamentos individuais).<sup>63</sup>

Outro elemento importante destacado, diz respeito ao protagonismo do processo de análise, que coloca os atores sociais – tanto do passado como do presente – no centro do debate. É relevante compreender a maneira como os indivíduos intervêm e nos processos e mudanças mais amplos, que permite

---

<sup>61</sup> REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v.15, n.45, p.434-444, dez. 2010. p.438.

<sup>62</sup> *Ibidem*, p.448.

<sup>63</sup> *Ibidem*, p.440.

um maior grau de complexidade das análises, pois possibilita pensar no papel ativos dos sujeitos, nas estratégias acionadas e nos recursos relacionais que cada uma um dispõem.

Postula-se, na discussão que busca aproximar os estudos regionais das questões que envolvem os percursos de desenvolvimento no tempo e no espaço, à luz da metodologia da micro-história, o fato de que a investigação histórica é a base da pesquisa empírica. A metodologia proposta pela micro-história se coloca diante o desafio de analisar fontes de origem diversas, presentes em diferentes arquivos, e cruzar as informações extraídas das variadas tipologias de documentos. A micro-história, aplicada na pesquisa voltada para a compreensão do processo histórico do desenvolvimento regional/local, se vê diante de um grande desafio, na medida em que o levantamento das fontes, que permitem acessar o passado e acompanhar a trajetória dentro desse processo, se encontram em um quadro no qual a:

[...] dispersão das fontes e a descontinuidade de séries documentais revelam o modo como o passado encontra-se selecionado e articulado na construção e reconstrução da memorialística local, refletindo o que se pretende preservar em torno de discursos e representações oficiais, na luta pela dominação da recordação e da tradição.<sup>64</sup>

São diversos os desafios – e ao mesmo tempo as contribuições – da micro-história, para os estudos sobre os espaços regionais/locais, trazendo a tensão das fontes e diversidade como um ponto fundamental para se questionar a legitimidade e a própria relevância das mesmas no corpus documental. A origem, o contexto de produção, a autoria, a narrativa, o discurso, o conjunto de representações presentes nessas fontes, muitas vezes, revela mais sobre o contexto e os atores que a produziram, do que efetivamente, o conteúdo veiculado por elas. Daí ser fundamental, no processo de escrita sobre a história desse processo que caracteriza o desenvolvimento do espaço/território regional/local, contemplar os elementos, que levam fundamentalmente a “descoberta” daquilo que não está efetivamente registrado na fonte documental. Através da análise do seu contexto de produção, é permitido acessar informações, que sem um olhar mais atento e “treinado” para o micro, jamais seria revelado.

---

<sup>64</sup>RIBEIRO, Anna Cristina Rodopiano de Carvalho; MARQUES, Maria Cristina da Costa; MOTA, André. A gripe espanhola pela lente da história local: arquivos, memória e mitos de origem em Botucatu, SP, Brasil, 1918. *Interface* (Botucatu), v.24, e190652, 2020. p.3.



Cabe insistir na contribuição de uma perspectiva micro, que atenta para a leitura das fontes de maneira topográfica, pois a gênese de produção dos documentos, somadas as ações e momentos de decisões que apontam, revelam muito sobre o modo como os sujeitos se relacionam com um determinado espaço e o sentido conferem para seus comportamentos nos lugares onde viviam. Como acrescenta Silveira (2017, p.409), “no campo dos estudos sobre desenvolvimento regional, o conceito de território se revela de fundamental importância para que possamos compreender os diferentes modos e processos históricos de territorialização”, sendo possível lançar as perguntas sobre as fontes, que passam a desvendar parte do percurso desse espaço no tempo.

## Conclusão

Na crescente necessidade de aproximar conceitos, métodos e categorias de análise, advindas, originalmente de áreas disciplinares, requer cuidado e atenção, para que não se percam suas essências e significados, incorrendo ao erro de desqualificar e aplicar de forma equivocada tais elementos, produto de um percurso sólido do desenvolvimento da ciência. Tendo essa questão como problema, buscou-se trazer, para o âmbito da área das ciências sociais aplicadas – e de forma mais particular para os estudos sobre desenvolvimento regional – uma aproximação entre os conceitos de espaço/região/território e a micro-história, buscando estabelecer um diálogo, no qual a metodologia proposta pela micro-história permite analisar os processos locais e sociais de construção dos lugares e espaços regionais.

Esse diálogo, que toma a micro-história, oriunda do campo das humanidades, como uma metodologia possível e necessária para se compreender melhor a dinâmica da constituição histórica do território, em escala local/regional, organizado a partir de diversas referências – agregativas, identitárias e simbólicas – e práticas sociais – na sua relação com ações no campo econômico e político – é algo que parece ser fundamental para entender o tema do desenvolvimento de uma região. Para isso, se torna necessário a utilização de fontes de pesquisa a partir das perguntas elaboradas pelo campo da história, no sentido de entender os processos de ocupação, organização, agência dos atores e dinâmicas relacionais num espaço através da escala micro.

A partir da proposição de uma perspectiva micro, se torna possível investigar, com maior rigor científico e precisão, as práticas sociais e a construção de uma narrativa sobre legitimidade e direitos numa determinada região, que por sua vez é compreendida como um território, cuja formação

espacial e social se explica a partir da junção de diversos fatores e elementos. Uma visão macroespacial e sem a identificação e reconhecimento da maior riqueza de detalhes que compõe o tecido social, como as diferentes referências relacionais e simbólicas, seja no campo das relações sociais, políticas e econômica, não se tornaria possível. Ainda que se reconheça a distância dos campos semânticos, que colocam a dimensão espacial como uma construção originalmente do campo da geografia e que reconheça o processo de desenvolvimento como um conceito advindo do campo da economia e, finalmente a micro-história como um método inscrito no campo da história, percebe-se a necessidade de uma discussão e de um aprofundamento que considere a possibilidade de diálogo, no campo da interdisciplinaridade.

## Referências

- ALBAGLI, S. Território e territorialidade. In: BRAGA, C. MORELLI, G. LAGES, V. N. (orgs). *Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva*. Brasília: Relume-Dumará, 2004. p. 23-70.
- BOISIER, S. El desarrollo territorial a partir de la construcción de capital sinérgico. *Redes*. Santa Cruz do Sul. vol. 4, n. 1, p. 61-78, jan/abr, 1999.
- CABUGUEIRA, A. C. C. M. Do desenvolvimento regional ao desenvolvimento local. Análise de alguns aspectos de política econômica regional. *Gestão e desenvolvimento*. n.9, p. 103-136, 2000.
- BOMTEMPO, D. C. Dinâmicas territoriais e interações espaciais: a configuração do circuito espacial de produção da Nestlé S/A. *Caderno Prudentino de Geografia. Presidente Prudente*. v.1, n. 34, p. 72-96, jan/jul, 2012.
- BRITO, B. *Turismo Ecológico: uma Via para o Desenvolvimento Sustentável em São Tomé e Príncipe*. Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE-IUL), 2004.
- CORRÊA, R. *Região e organização espacial*. 7 ed. Editora Ática: São Paulo, 2000.
- FAVERO, Giovanni. Método da história e ciências sociais: para uma micro-história aplicada. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.
- FURTADO, Celso. *Teoria e política do desenvolvimento econômico*. 10 ed. Revisada. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- FUSFELD, Daniel R. *A era do economista*. São Paulo: Saraiva, 2003.

GIULI, Matteo. Morfologia social e contextualização topográfica: a micro-história de Edoardo Grendi. *Rev. Bras. Hist.*, São Paulo, v.37, n.76, pág.137-162, dezembro de 2017. Disponível em <[http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01882017000300137&lng=en&nrm=iso](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01882017000300137&lng=en&nrm=iso)>. Acesso em 09 de nov. 2020.

GRENDI, Edoardo. Microanalisi e storia sociale. *Quaderni Storici*, vol. 12, no. 35, 1977. p. 506-520.

HAESBAERT, Rogério. Ordenamento territorial. In: GRIEBLER, Marcos P. D.; RIEDL, Mario. *Dicionário de Desenvolvimento Regional de Temas Correlatos*. Porto Alegre: Conceito, 2017.

HAESBAERT, R. *O Mito da Desterritorialização: do Fim dos Territórios à Multiterritorialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2006.

HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. ARAÚJO, VIEIRA, Carlos R. *História do pensamento econômico: uma abordagem introdutória*. São Paulo: Atlas, 1995.

KEYNES, Jonh M. *Teoria Geral do emprego, do juro e da moeda*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

LEVI, Giovanni. Micro-história e história global. In: VENDRAME, Máira; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020. p.19-34.

LIMA, Henrique Espada. *A Micro-história italiana: escalas, indícios e singularidades*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2006.

LIMONAD, E. Brasil século XXI, regionalizar para quem? Para quem? In: Limonad, E.; Haesbaert, R. Moreira, R. *Brasil, Século XXI - por uma nova regionalização? Processos, escalas, agentes*. São Paulo: Max Limonad, 2004, p. 54-66.

MALTHUS, Thomas. R. *Princípios de economia política e considerações sobre sua aplicação prática - Ensaio sobre a população*. São Paulo: Nova Cultural, 1996.

Man, Ronen. La micro-história como referente teóricometodológico. Un recorrido por sus vertientes y debates conceptuales. *Historia Actual Online - HAO*. Núm. 30, p. 167-173, 2013.

SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*. 6 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986. HUNT, E. K. *História do Pensamento Econômico*. 7 ed. Rio de Janeiro: Campus, 1989. CORAZZA, G. Malthus e Ricardo: duas visões de economia política e de capitalismo. *Cadernos IHU Ideias*. São Leopoldo: Unisinos, 2005.

- Moreira, Sandrina Berthault; Crespo, Nuno. Economia do Desenvolvimento: das abordagens tradicionais aos novos conceitos de desenvolvimento. *Revista de Economia*, v. 38, n. 2 (ano 36), p. 25-50, maio/ago. 2012.
- RAFFESTIN, C. *Por uma Geografia do Poder*. França. São Paulo: Ática, 1993.
- RAGGIO, Osvaldo; TORRE, Angelo. “Prefazione”. Edoardo Grendi. In *altri termini. Etnografia e storia di un'bnna società di antico regime*. Milano: Editore Feltrinelli, 2004, p. 5-37.
- REVEL, Jacques. Micro-história, macro-história: o que as variações de escala ajudam a pensar em um mundo globalizado. **Rev. Bras. Educ.**, Rio de Janeiro, v.15, n.45, p.434-444, dez. 2010.
- RIBEIRO, Anna Cristina Rodopiano de Carvalho; MARQUES, Maria Cristina da Costa; MOTA, André. A gripe espanhola pela lente da história local: arquivos, memória e mitos de origem em Botucatu, SP, Brasil, 1918. *Interface* (Botucatu), v.24, e190652, 2020.
- RIEDL, Mario. Desenvolvimento regional. In: GRIEBLER, Marcos P. D.; RIEDL, Mario. *Dicionário de Desenvolvimento Regional de Temas Correlatos*. Porto Alegre: Conceito, 2017.
- SACHS, Ignacy. *Repensando o crescimento econômico e o progresso social: o âmbito da política*. São Paulo: UNESP/Edusp, 2001.
- SANTIAGO, M. M. S.; FRANÇA, V. L. A. Interações espaciais e socioeconômicas das cidades locais na rede urbana. *Revista da América Central*. Número especial. v. 2, n.47, p.1-9, 2011.
- SANTOS, Milton. *O Espaço dividido: os dois circuitos da economia urbana dos países subdesenvolvidos*. São Paulo: Edusp, 2ª Ed., 2004.
- SANTOS, Milton. *Espaço e método*. 3ª ed. São Paulo: Nobel, 1992.
- SCHUMPETER, Joseph Alois. *Teoria do desenvolvimento econômico: uma investigação sobre lucros, capital, crédito, juro e o ciclo econômico*. 2 ed. São Paulo: Nova Cultural, 1985.
- SEN, Amartya. *Desenvolvimento como liberdade*. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SIEDENBERG, Dieter R. Uma abordagem epistêmico-sistemática do conceito de desenvolvimento. *Rea – Revista de estudos de administração*. Ijuí: Editora Unijuí, ano 2, n. 3, p. 5-10, julho/dez, 2001.

SMITH, Adam. *Uma investigação sobre a natureza e causas da riqueza das nações*. 6 ed. Rio de Janeiro: Ediouro, 1986.

SOUZA, Nali de Jesus de. *Desenvolvimento econômico*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2005.

SILVEIRA, M. L. Território usado: Dinâmicas de especialização, dinâmicas de diversidade. *Ciência Geográfica*. XV - Vol. XV (1), p.4-12, 2011.

TORRE, Angelo. “A produção histórica dos lugares”. In: VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020. p. 69-100.

VENDRAME, Maíra; KARSBURG, Alexandre. *Micro-história, um método em transformação*. São Paulo: Letra & Voz, 2020.

Artigo recebido para publicação em 20/11/2020

Artigo aprovado para publicação em 17/09/2021